

PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL (2003-2015)

Isa Paula Rodrigues Morais¹

Resumo: Tratamos de analisar, no período de reestruturação do Ministério da Cultura do Brasil desde 2003, as condições de produção de participação da sociedade civil nas políticas públicas de cultura, assim como os agentes sociais, suas estratégias e impactos de suas ações. São caracterizações baseadas em observação participante e levantamento bibliográfico, como parte de nossa dissertação de mestrado, de modo a fundamentar a hipótese de que a participação social em políticas culturais foi estimulada pelo próprio Estado, reconfigurando os movimentos sociais da cultura. Entre os impactos observados estão a ocupação do espaço público por agentes culturais comunitários, o alargamento conceitual institucional da gestão cultural pública e da própria sociedade civil, interlocução inicial estado-sociedade para formulação e avaliação de políticas públicas. Isso nos permite esboçar uma conclusão prévia de que, anteriormente a 2003, as organizações sociais da cultura tinham uma dinâmica autônoma em relação ao Estado, com objetivos particulares e não necessariamente vinculadas à incidência em políticas públicas, resultando em uma assimetria em relação às novas demandas da gestão ministerial. Esse panorama culmina em uma tensão entre o quefazer cultural e a formação/profissionalização para formular, avaliar e acessar políticas públicas, ao tempo que gera memória institucional e antecedentes em situações adversas para sociedade civil, como aquelas de golpe político.

Palavras-chave: participação social; políticas públicas; políticas culturais; organizações sociais.

1. Introdução

Com este trabalho nos propomos lançar miradas iniciais sobre a organização da sociedade civil no âmbito da cultura no Brasil e sua incidência em políticas públicas culturais, levando em conta a reestruturação do Ministério da Cultura a partir de 2003. Neste sentido, esta pesquisa se trata de um ponto de vista a partir do trabalho de observação participante e do levantamento bibliográfico em andamento acerca do tema, de modo a trabalhar uma fundamentação acerca de nossa hipótese de que a participação da sociedade civil no âmbito estatal da cultura foi orientada pela gestão ministerial. Desde nosso ponto de vista, este incentivo parte de uma mudança no caráter das políticas públicas implementadas, de modo a reconfigurar modos de organização e articulação dos movimentos sociais da cultura deste país.

¹ Mestranda em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Argentina. Pesquisadora do Grupo "Sociedad Civil y Democratización de la Comunicación y la Cultura" (<http://democratizarcomunicacion.eci.unc.edu.ar/>), Centro de Investigaciones María Saleme Burnichon (Ciffyh, UNC, Argentina). isapaulamorais@gmail.com.

Nosso interesse em desenvolver uma breve reflexão acerca do tema é de que a bibliografia que tivemos acesso se refere, em sua maior parte, a análises de ações implementadas por parte Estado e, ainda, no sentido de articular um histórico fragmentado das políticas culturais brasileiras. Entendemos que a participação social se constitui como um dos aspectos centrais de normas da cultura, se configurando como um dos objetivos principais de planos, sistemas e leis. Neste sentido, compreendemos que podemos colaborar com nossos apontamentos a fim de contribuir com este campo e avançar na pesquisa comparativa que projetamos desenvolver mais adiante.

De acordo com o material que pudemos consultar e baseados em conceitos de Costa e Mozejko, nosso objetivo é analisar em termos iniciais as condições de produção da participação destes agentes sociais, bem como os próprios agentes, suas estratégias e os impactos destas ações. Trataremos de caracterizar, mais especificamente, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura –representado por rede, fórum, comissão e mobilizados por encontros, conferências, congressos, grupos de trabalhos– e o Conselho Nacional de Políticas Culturais no âmbito da legitimação de políticas de estado, a exemplo do Plano Nacional de Cultura (2010), Sistema Nacional de Cultura (2012) e Lei Cultura Viva (2014). Entendemos que estes espaços ao mesmo tempo disponibilizados e construídos pela sociedade se conformam e adquirem características próprias deste setor, refletindo as diversas formas de apropriação.

2. Marco teórico

Entendemos que, para trabalhar acerca da incidência da sociedade civil em políticas culturais, é premente refletir acerca do que entendemos por participação. Deste modo, Moroni (2005) destaca duas dimensões deste conceito, caracterizadas como política e pedagógica, referindo-se à primeira como interferência em decisões políticas e conformadora de um poder compartilhado; a acepção pedagógica está relacionada à expressão de necessidades e anseios no espaço público, configurando um processo educativo-pedagógico de construção de consensos e de auto-identificação como cidadão. Assim, a participação “[...] amplia um espaço público real, em que a construção dialogada do interesse público passa a ser objetivo de homens e mulheres. Por isso, participar também é disputar sentidos e significados” (Moroni, 2005, p. 288). Este autor também destaca a participação como um direito fundamental, estruturante dos demais direitos.

Deste modo, habilitados pela Constituição Federal de 1988, os conselhos e as conferências são parte de um sistema participativo descentralizado que reatualizam a ideia de espaço público e de democracia, criando uma estratégia política para suprir a inexistência de mecanismos de controle da sociedade em relação ao Estado (Moroni, 2005). Quanto aos conselhos, este autor os destaca como uma “concretização do controle social –uma modalidade do direito à participação política que deve interferir efetivamente dos atos governamentais. Numa leitura simplificada, podemos dizer que os conselhos deslocam o espaço de decisão do estatal-privado para o estatal-público” (idem).

As conferências, por sua vez, são “espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública. São espaços mais amplos que os conselhos, envolvendo outros sujeitos políticos [...], por isso, têm também o caráter de mobilização social” (Moroni, 2005, p. 289-290). Neste sentido, o autor caracteriza que, ao ocupar esses espaços, o sujeito social pode se identificar enquanto sujeito político, apropriando-se da governabilidade e ressignificando formas de participação, de forma a ampliar conceitos de institucionalização ou descentralização. Sua apreciação é que neste período não houve uma fortificação do sistema descentralizado e participativo, de modo que “a participação ficou reduzida à estratégia de governabilidade e ao faz-de-conta, sem ter-se configurado como elemento essencial nas transformações sociais” (idem, p. 299).

Neste sentido, entendemos que as políticas culturais na gestão pública têm uma dinâmica particular, diferente daquelas áreas que estão institucionalizadas e conformada como parte do Estado há mais tempo. Estas políticas colocam em tensão um “projeto ao mesmo tempo social, estético e reformador, sustentado por uma oposição à ideia de instituição. É a fórmula do projeto contra a instituição que se encontra hoje esgotada” (Urfalino, 2015, p. 12).

Este autor destaca que se trata, ao mesmo tempo, de representações disponibilizadas pelo Estado e de organização de ações públicas, de modo que há a necessidade de coerência para conferir unidade ao poder público. Doria (2003) complementa que a gestão pública se encontra em descompasso com a produção cultural por tender a reconhecer traços mais consolidados, de modo que seu trabalho consistiria, então, em administrar essa defasagem.

No caso brasileiro, Rubim (2007) ressalta que as políticas culturais foram marcadas por três tristes tradições caracterizadas por ausências, autoritarismos e instabilidades e, também, por atributos como caráter tardio, descontinuidades,

desatenções, paradoxos, impasses, desafios. Segundo este autor, ausência poderia ser considerada como intervenção e regulação mínima do Estado nas políticas; autoritarismo quando se trata de perseguições e exclusões de cultura. Já as instabilidades podem ser caracterizadas quando se experimentam “descontinuidades, fragilidades institucionais, repressão etc” (Rubim, 2015, p. 12).

De acordo com Faria (2009), estas características também podem advir de tradições e imaginários coloniais/escravistas, no sentido que se percebe um Estado não acomodado para estabelecer uma interação e diálogo com a sociedade que o constitui, inibindo processos participativos. Em relação a movimentos sociais, Gohn (2011a) os define como forças sociais organizadas e aglutinadoras com o intuito de favorecer experimentações e inovações socioculturais.

Entendidas essas acepções referentes à participação e aos modos de participação que Moroni compreende como descentralizados, a exemplo de conselhos e conferências, assim como as caracterizações acerca de impasses de políticas culturais e aquelas especificamente brasileiras, pensamos que esse também é espaço para compartilhar acerca dos eixos de análise que propomos. Baseamo-nos em Mozejko (2009, p. 9) em relação à ação como prática, de modo que *“conlleva el necesario reconocimiento de la existencia de un agente productor que realiza su trabajo bajo determinadas condiciones”*.

Esta atuação se dá a partir da realização de escolhas em relação ao uso de recursos que, neste caso, compreendemos como participação e controle social das políticas públicas de cultura. Neste sentido, se constituem estratégias para acessar aos referidos recursos com fins de estabelecer condições e o controle sobre essa participação. *“Por ello las prácticas, entre ellas las discursivas, son manifestaciones del uso que hace el agente social en su espacio de posibles; es decir se constituyen muestras de la estrategia adoptada dentro de los márgenes de acción definidos por su posición relativa”* (Costa; Mozejko, 2001, p. 18).

Costa e Mozejko mencionam um sistema de relações que condicionam *“posibilidades y limitaciones cuanto al acceso, uso, control de recursos [...] La capacidad de acción de cada agente social constituye una ecuación específica de posibilidades, limitaciones, definida según su posición relativa en el sistema de relaciones”* (ídem, p.13). Esses autores também destacam o lugar como determinante na construção da identidade do agente social, refletindo-se na competência, de modo que o acesso ao recurso possibilita criar condições de acesso, neste caso relacionado à participação. A distribuição desigual

de um recurso favorece um sistema de relações cujos esforços se direcionam à luta pelo acesso, por suas condições e por seu controle (Costa e Mozejko, 2001). Assim, entendemos como necessária a apreensão sobre agente social e seu campo de possíveis, a utilização dos recursos, condições, posição relativa num sistema de relações para poder desdobrar as descrições a seguir.

3. Condições de produção

Uma das condições conjunturais que vemos como relevantes e constitutivas de novas condições são as proposições formuladas pelo movimento social constituinte entre 1986 e 1988, que culminou na promulgação da carta magna brasileira de 1988. Esse movimento reivindicou a necessidade de controle social atrelada à formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas (Moroni, 2006).

A Constituição Federal de 1988 legitima referendos, plebiscitos e conselhos gestores como exercício de democracia direta (Faria, 2009) e, ainda, discorre sobre direitos culturais, cultura nacional e manifestações culturais no artigo 215. Pontuamos, assim, que se trata de espaços previstos há quase trinta anos e que estes também se ressignificam e se adequam, tratando-se de uma apropriação gradual por parte dos referidos setores.

Outra característica favorecedora de condições de produção é a ampliação do conceito de cultura pelo Ministério da Cultura do Brasil, a partir da mudança da gestão presidencial com Luís Inácio Lula da Silva e do próprio ministério por Gilberto Gil, cujo direcionamento foi englobante de costume e hábitos de setores populares. Neste sentido, também é importante a destacar a legitimação das políticas por meio de leis –ainda que essa legitimação não implique, necessariamente, em seu acesso– como o Plano Nacional de Cultura (PNC), Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a Lei Cultura Viva.

Essas ações sinalizam uma retomada de um projeto de políticas de estado para cultura, iniciado por Getúlio Vargas (Faria, 2009), levando em conta que as políticas culturais desenvolvidas se direcionaram mais fortemente à avaliação de projetos para sua contemplação com recursos de isenção fiscal. O PNC, por exemplo, tem uma previsão de aplicação de dez anos, sendo operacionalizado pelo SNC, e consta de 53 metas, cinco capítulos, 14 diretrizes, 36 estratégias, 275 ações. Essas emendas também compreendem

a criação do Sistema Federal de Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais (2005).

A Lei Cultura Viva transforma um dos principais programas do ministério, Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural-Cultura Viva (segundo denominação de 2013) em Política Nacional de Cultura Viva, aprovada em 2014, regulamentada pela lei 13.018, em vigor desde 2015. Este programa, criado em 2004, se move por ações temáticas como cultura digital, agente cultura viva, tuxaua, ponto de mídia livre, pontinhos, ação e pelos pontos e pontões de cultura. É este programa que mobiliza a estruturação do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e suas demais articulações e representações.

Neste sentido, entendemos que as organizações sociais tinham uma trajetória em seus respectivos segmentos —e este inclusive, foi um dos pontos de partida do programa: o Estado é potencializador de iniciativas já existentes —, no entanto, não se encontravam articuladas enquanto movimento social reivindicante politicamente, como pode ser trajetória de organizações com outras bandeiras. Como uma das condições de produção, também destacamos a relação institucional da cultura com a educação, no sentido de estabelecer parâmetros desde os quais se compreendem e se gerem a cultura e, mesmo, da dificuldade de a cultura ser entendida como área institucional protagonista. A educação também é referência em relação à implementação de mecanismos de participação social, a exemplo de conferências e fóruns. “A estreita associação entre cultura e educação não exigia um aparato estatal diferenciado para administrar a cultura” (Doria, 2003, p.37).

Quanto à conjuntura mais ampla de movimentos sociais, Gohn (2011a) destaca novos atores na cena política, como ONGs e outras entidades do terceiro setor, que inicialmente se constituíam como apoio aos movimentos sociais populares, no entanto, estes “enfraqueceram-se e tiveram de alterar suas práticas, ser mais propositivos — participando dos projetos das ONGs — e menos reivindicativos ou críticos” (Gohn, 2011a, p. 341). De este modo, a autora destaca que, em lugar dos movimentos, as ONGs e as entidades do terceiro setor passaram a ser os articuladores, mobilizadoras e interlocutores de demandas sociais e pessoas.

Ao levar em conta esses aspectos, entendemos que os agentes e as políticas públicas a que nos referimos também se inserem num momento de avanços de acordos internacionais que englobam a discussão de apropriação de direitos culturais. Assim, em acordo com Melo (2016) mencionamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos

(1948), Declaração Universal da Diversidade Cultural da Unesco (2001), Agenda 21 da Cultura (2004), Convenção sobre Proteção e Criação da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco (2006) e Carta Cultura Iberoamericana (2006). Entendemos que estes documentos buscam “sincronizar” a vivência na comunidade global e a vivência em comunidades locais, reverberando em cartas magnas, decretos, regimentos internos de instancias representativas da sociedade civil, de modo a reafirmar o direito à cultura, o direito à diversidade cultural e o direito à cidadania cultural.

Outro aspecto a ser considerado é que estas estruturas de participação em políticas públicas também geram desconfiança quanto à finalidade das consultas e, mesmo, à eficácia destes mecanismos de participação (Calabre, 2013), já que se trata de um novo paradigma da gestão pública de cultura e de elaboração de políticas culturais.

4. Agentes sociais e estratégias

Enquanto agentes sociais com potencial de agregar demandas da sociedade civil e incidir em políticas públicas destacamos, em um primeiro momento, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura –articulado como rede, fórum e comissão em espaços como encontros, conferências, congressos, grupos de trabalho– e o Conselho Nacional de Políticas Culturais. O primeiro, se trata de uma tentativa de articulação de um movimento social com a mesma nomenclatura utilizada pelo programa de governo e o segundo como mecanismo de participação proposto pelo Estado, a partir da implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Dizer que um movimento se articulou segundo parâmetros propostos pela gestão ministerial não implica uma desvalorização deste, já que existiam redes de organizações com outras dinâmicas e objetivos que também impactaram na dinâmica ministerial. Também se trata de destacar uma flexibilidade por parte das organizações culturais –ao tempo essas organizações também pautam agendas– e uma disponibilidade/mobilização para participação em políticas públicas quando a própria instituição gestora muda sua maneira de compreender e se relacionar com a sociedade civil, inserida num momento inicial de estruturação de novas práticas não comuns a estas organizações –o que possivelmente dificulta uma demanda social neste sentido.

Segundo a compreensão de Gohn (2011a) esse movimento pode ser entendido como movimento de demandas por direito, especificamente direitos culturais para a salvaguarda e defesa das culturas locais, patrimônio, cultura das etnias dos povos. Esse

movimento é entendido como “identitário, reivindicatório dos direitos culturais que lutam por diferenças: étnicas, culturais, religiosas, de nacionalidades etc” (Gohn, 2011a, p.344). Quando da categorização de outros movimentos, a autora cita exemplos de nomes de organizações; quando desta categoria em particular, não se refere em nenhum movimento em específico.

Também entendemos que as referências de movimentos culturais brasileiros estão mais relacionadas com movimentos estéticos de vanguarda, de modo que podem estar mais vinculadas à Tropicália, Cinema Novo, Bossa Nova, Modernismo ou Manguebeat, por exemplo, que a movimentos reivindicadores de direitos. O agente social que identificamos se constrói mais claramente a partir da “institucionalização das práticas e organizações populares, na própria sociedade civil ou por meio de políticas públicas, ou em conferências nacionais co-patrocinadas por órgãos públicos/estatais ou estruturas organizativas criadas no próprio corpo estatal, a exemplo dos conselhos” (Gohn, 2011b, p. 229).

De este modo, coincidimos que os agentes sociais aqui descritos são parte de estruturas participativas “acionadas por políticas públicas governamentais” (idem, p. 225), ainda que também constitutivas dessas políticas. Essa autora destaca, ainda, que estas estruturas consolidam espaços democráticos, no entanto, também geram modificações significativas na dinâmica destes setores da sociedade civil organizada. Calabre (2013), por sua vez, destaca a dificuldade do Ministério da Cultura em encontrar uma representação social cultural que sistematizasse as demandas da sociedade civil quando da elaboração do Plano Nacional e da necessidade da estruturação de “fóruns representativos de maior alcance, que pudessem contribuir num processo de elaboração de políticas públicas” (Calabre, 2013 p. 5).

Assim, “algumas áreas artístico-culturais já possuíam representações de classe, associações nacionais, como a do teatro, mas outras, como a de artes plásticas, eram completamente desarticuladas” (idem). Esta autora destaca, também, que um agravante pode ser “a diversidade das ações e a própria informalidade do setor cultural” (ibidem). No entanto, na década de 1960, destacamos enquanto antecedentes de movimentos culturais reivindicantes o Movimento de Cultura Popular (MCP), fundado em Pernambuco e vinculado à Secretaria de Educação do município e os Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes.

Ao delimitarmos os agentes sociais ao Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e ao Conselho de Políticas Culturais “percebemos que é complicado pensarmos nos pontos de cultura como um único grande coletivo (Pedroso; Martins, 2013, p.10). Estes autores destacam que existem muitas redes que se articulam por diversos tipos de afinidades, resultando que “a rede dos pontos de cultura ainda não seja de fato um movimento social autônomo, fato apontado por Touraine (1989) como uma grave limitação de sua capacidade de ação coletiva” (idem, p.15).

Neste sentido, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, com incentivos da gestão ministerial, constituiu uma instância formal de representação dos Pontos de Cultura chamada Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, composta por 27 representantes dos estados brasileiros, 25 de grupos de trabalho e sete subcomissões internas. Essa comissão articula a participação dos Pontos de Cultura em encontros e garante a participação no Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e dos encontros nacionais dos pontos de cultura, as TEIAs. Já o Conselho Nacional de Políticas Culturais foi instituído pelo decreto 5.520 de 2005 e tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, promovendo a articulação e o debate em distintos níveis de governo e sociedade civil organizada para o desenvolvimento das atividades culturais no território nacional². Importante destacar que uma das instâncias de composição deste conselho são as conferências nacionais de cultura e que, dita representação também se encontra em âmbito regional.

Neste sentido, destacamos enquanto estratégias a apropriação de instâncias dispostas por iniciativa do poder e, ao mesmo tempo, o fato de que os agentes sociais puderam conferir a estas instâncias o caráter de suas competências e trajetórias, reivindicando suas demandas. Assim, foram se articulando/desarticulando estruturas móveis de participação (grupos de trabalho, comitês, seminários, reuniões, fóruns), em processos espontâneos e não espontâneos, movediços, não tão familiares às instituições públicas. Assim, se pode contribuir para mudar a ideia do “*receptor en agente pasivo, imposibilitando reaccionar, aceptar, rechazar, en definitiva, hacer uso, también, de sus márgenes de libertad. En el ámbito de las prácticas discursivas, la probabilidad de imponer sentidos pasa [...] por la capacidad de generar aceptación en los receptores*” (Costa; Mozejko, 2001, p.18).

² Capítulo II da Constituição Federal, artigo 5º.

Entendemos que os referidos espaços de participação não se configuram de uma maneira tão sistemática como elencamos e essa pode ser uma característica da inserção/interlocução com a sociedade civil. Desta maneira, acreditamos que este setor pôde desenvolver outros roles e competências, a exemplo do artistas-gestores ou gestores-artistas, afirmando uma identidade dinâmica, e imbricada a diversas formas de organização. Compreendemos que pensar sobre estes temas é refletir sobre avanços na ideia de gestão compartilhada em consonância com o direito à cultura e o direito à diversidade cultural.

Assim, Segura e Waisbord (2016, p. 5) destacam que, como estratégia, todas as organizações “*crean alianzas o redes, incluyen expertos, producen información, expresan su posición y promueven el debate público [...], integran los mecanismos de participación existentes e impulsan la creación de otros nuevos, utilizan mecanismos administrativos y judiciales aplicación y reclamos de derechos*”. Essa situação contribui para aumentar a confiança entre Estado e sociedade civil, ressignificando e afinando a participação social. No entanto, desde maio de 2016, entendemos que houve uma ruptura significativa nesta relação inicial de confiança: com o afastamento da presidenta eleita e as medidas de debilitação do setor cultural, o movimento social da cultura ocupou órgãos e instituições representativas da gestão pública de cultura, #OcupaMinC, tendo como pauta principal “Fora Temer”.

5. Impactos e considerações finais

Optamos por estudar o recorte temporal entre 2003 e 2015 no ano de 2018 por entender que estes 12 anos se configuram como um período em que a sociedade civil pôde acumular antecedentes relevantes no sentido de aprimoramento competências na relação política estado-sociedade. Estes acúmulos podem ser importantes para a criação/reafirmação de estratégias que colaborem na resistência/enfrentamento de situações adversas para os sectores populares e segmentos da cultura viva comunitária, a exemplo do golpe político vivido desde maio de 2016, com o afastamento da presidenta eleita, Dilma Rousseff. Institucionalmente, esse panorama acarretou na debilitação do Ministério da Cultura do Brasil com sua extinção, com a revogação de sua extinção e com a mudança constante de ministros, reafirmando a tradição da instabilidade no setor, ao tempo que mobilizou a articulação de vários setores da cultura.

Neste sentido, entendemos que os impactos do período de 2003 a 2015 para 2018 se referem às mudanças geradas pela ocupação do espaço público pelos agentes sociais que se habilitaram a ampliar suas competências em relação à linguagem institucional e à capacidade estratégica neste âmbito, ampliando seus lugares de inserção e de disputa por sentidos. Também destacamos que a própria estruturação do Ministério da Cultura do Brasil teve que se alargar em relação às áreas de atuação antes restritas à arte e à gestão de recursos financeiros –o que, em 2018, nos remete a uma sensação de retrocesso em relação à violação de direitos, nítida desde maio de 2016. Compreendemos que essas experiências contribuem para uma memória³ social e institucional tanto públicas quanto organizacionais do terceiro setor que puderam desmistificar lugares públicos.

Assim, no que toca a estes espaços de diálogo quando da formulação e implementação do Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Lei Cultura Viva, compreendemos que essas vivências impactaram por reatualizar o espaço público e ampliar momentos de interlocução (Moroni, 2005). Isso favoreceu processos de ocupação do espaço público com fins de informação, de escuta, de proposição ou intervenção através de mecanismos organizativos de articulação como movimento, rede, fórum, encontro nacional/estadual/municipal dos Pontos de Cultura ou, mesmo, por meio de instâncias institucionais como conferências, conselhos de política cultural em âmbito nacional, estadual e/ou municipal. Assim, discutir sobre movimentos, redes, encontros, fóruns, conferências, comissões e conselhos é tratar de espaços de experimentação de mecanismos de participação propostos há quase trinta anos, em outro momento histórico, mas que se reatualiza, desmistificando tanto o espaço público, quanto a sociedade civil.

Além de âmbitos de representação e articulação, compreendemos que outro impacto deste período foi o da incorporação pela gestão pública e pela própria sociedade civil de temas e significações como artes visuais, audiovisual, circo, dança, livro e leitura, música erudita/popular, teatro, patrimônio material/imaterial, arquivo, museus, culturas afro-brasileiras, cultura dos povos indígenas, culturas populares, inclusão cidadã, pesquisadores, produtores e instituições culturais como âmbitos culturais. Outro impacto significativo foi o incremento na capacitação/formação/profissionalização formal do setor para escrever projetos, gerir recursos públicos e privados, construir agendas públicas e

³ Meira y Gazzinelli. O Sistema Nacional de Cultura in Oficinas do Sistema Nacional de Cultura, 2006.

organizativas, entre outras habilidades, culminando numa expansão de criação de cursos de gestão e produção cultural no âmbito da educação formal.

De todos os modos, seguimos investigando se nossa hipótese de que a reestruturação do ministério requereu uma reestruturação do movimento social da cultura, no sentido de uma unificação de áreas. Concluímos, provisoriamente, que as organizações sociais tinham já sua dinâmica, com objetivos particulares, no entanto, quando a gestão ministerial deste período alarga o conceito institucional de cultura para aquele não restrito às artes e passa a demandar participação por parte de um setor cultural ressignificado, se percebe que este se encontra organizado de outra maneira, com práticas autônomas e com um entramado próprio de redes de relações e objetivos distintos. Isso também denota uma flexibilidade da sociedade civil para assumir outros roles, complementadores e colaboradores da gestão pública e um anseio de intervenção pública em assuntos concernentes ao setor.

Entendemos que houve, então, uma assimetria entre a expectativa da gestão pública e a articulação espontânea dos movimentos, de maneira a resultar numa intervenção estatal na dinâmica de organização política dos movimentos culturais. Neste momento, também se acentuaram as relações históricas de denominações e caracterizações da sociedade civil por parte do Estado, influenciando diretamente na identidade e na auto-percepção de articulações sociais. Essa conjuntura trouxe uma tensão entre seguir com quefazer cultural, a necessidade de direcionar os esforços do trabalho comunitário para a profissionalizar/capacitação/formação e a articulação política.

O dilema era que a priorização das ações a favor de um ou outro favoreceria ou inviabilizaria o acesso às políticas públicas e à colaboração na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais afins ao campo: impulsionar o trabalho no território, ter uma formação para acessar políticas e mobilizar redes de articulação políticas são vertentes complementárias e indispensáveis, mas nem sempre possíveis de ser assumidas em conjunto na práxis –ainda que o trabalho no território seja o que confere legitimidade para atuar nas mencionadas redes políticas.

Entendemos que 2003 e 2015 foi um período de ressignificação intenso para o campo cultural comunitário: foram disponibilizadas profissionalizações, capacitações, formações formais, não formais e informais que, de alguma maneira, fortaleceram o setor como espaço político e gestão/produção, culminando nas inquietudes elencadas acima. No entanto, em 2018, essas competências podem adquirir outros significados e

significantes, de modo a servir ao reposicionamento nas relações de poder das políticas públicas. Neste contexto, as organizações culturais comunitárias retornam mais acentuadamente ao contexto autoritário, instável e ausente do poder público que traz consigo ideários escravocratas e coloniais de relações de dependência. No entanto, a sociedade civil e as organizações culturais comunitárias já não se encontram no mesmo lugar: tiveram a experiência de realizar novas alianças, de ter uma interlocução com estado e saber minimante como este funciona, entender a linguagem distanciada e fortificar-se como setor, entre outras conquistas.

6. Referências

Costa, R. L.; Mozejko, D.T. **El discurso como práctica**. Santa Fe: Homo Sapiens Ediciones. (2001).

Dória, C. A. **Os Federais da Cultura**. São Paulo: Biruta. (2003).

Faria, H. **Conselhos Municipais de Cultura: cultura participativa e cidadania cultural**. Em Calabre, L. (comp.) Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa (2009). Disponível em <http://www.santoandre.sp.gov.br/PESQUISA/ebooks/360512.PDF>

Gohn, M.G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação 333-361 (2011a). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>

Gohn, M.G. **Participação de Representantes de Sociedade Civil na esfera pública da América Latina**. 223-244 (2011b). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p233/17542>

Calabre, L. **Participação Social nos Planos Setoriais de Políticas Públicas: Um Estudo do Plano Nacional de Cultura** (2013). Disponível em http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/981/1/C6_TP_PARTICIPA%c3%87%c3%83O%20SOCIAL%20NA%20CONSTRU%c3%87%c3%83O.pdf

Pedroso, J.C.; Martins, C. J.. **Pontos de Cultura como movimento social: uma pesquisa netnográfica**. E-Compós, v. 16, n ° 2, (2013) Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/926>

Melo, B.H.R. **Desenvolvimento de políticas de base comunitária na América do Sul: Estudo Comparado Brasil-Argentina**. [Dissertação Mestrado em Desenvolvimento, Sociedad e Cooperação Internacional]. Universidade de Brasília, 2016.

Moroni, J. A. **O Direito à Participação no Governo Lula** in *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 284-304, set./dez. (2005). Disponible em https://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/saude49-saude_em_debate_-_revista_do_centro_brasileiro_de_estudos_de_saude.pdf#page=62

Moroni, J. A. **O Direito à Participação no Governo Lula**. 32nd International Conference on Social Welfare. (2006) Disponível em http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/19_07_PDF/jose_antonio_moroni.pdf

Mozejko, D. **Gestión de las Prácticas: Opciones Discursivas**. Santa Fe, Argentina: Homo Sapiens Ediciones. (2009)

Rubim, A. C. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, Coleção Cult (2007). Disponível em <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/legislacao-em-producao-cultural/politicas-culturais-no-brasil-antonio-rubim>

Rubim, A. in Rubim, A; Barbalho, A; Calabre, L (orgs.). **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: Edufba (2015).

Segura, M. S. y Waisbord, S. **Media movements. Civil society and media policy reform in Latin America**. Zedbooks: Londres. (2016)

Urfalino, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo (2015).